

POLÍTICA DE PRIVACIDADE DOS DADOS PESSOAIS

O segredo médico é condição essencial ao relacionamento médico-doente, o qual assenta no interesse moral, social, profissional e ético e que pressupõe e permite uma base de verdade e de mútua confiança.

Sempre que ocorra algum tratamento de dados pessoais, os mesmos serão tratados nos termos da presente Política de Privacidade e da legislação aplicável sobre proteção de dados pessoais.

1) RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO DE DADOS

O Centro Pediátrico de São Miguel, é a entidade responsável pelo tratamento dos dados pessoais fornecidos e por assegurar a proteção da sua privacidade, atuando em conformidade com a lei e o novo Regulamento. Para este efeito, caso o titular dos dados pessoais necessite de entrar em contacto com o responsável pelo tratamento de dados, poderá fazê-lo através dos meios e contactos abaixo indicados:

- a) endereço eletrónico centropediatrico@mail.telepac.pt
- b) envio de carta para: Centro Pediátrico de São Miguel, Rua Engenheiro Manuel António Vasconcelos N° 2, 9500 - 221 Ponta Delgada.

2) ENCARREGADO DA PROTEÇÃO DE DADOS

O encarregado da proteção de dados é o responsável pelo tratamento e proteção dos dados pessoais, garantindo a conformidade com a legislação em vigor e assegurando que todos os que lhe confiam o tratamento dos seus dados pessoais, tenham conhecimento da forma como o Centro Pediátrico de São Miguel tratam os mesmos e quais os direitos que lhes assistem nesta matéria.

Assim, os utentes deste Centro, caso o pretendam, podem endereçar uma comunicação ao Encarregado da Proteção de Dados, relativamente a assuntos relacionados com o tratamento de dados pessoais, utilizando, para o efeito, os contatos indicados no ponto 1), dirigido ao Encarregado da Proteção de Dados (DPO) do Centro Pediátrico de São Miguel.

3) REGISTO E UTILIZAÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Os dados médicos estão integrados numa “categoria especial” de dados pessoais. De acordo com o artigo 9.º do Regulamento Geral Proteção Dados:

Artigo 9º

Tratamento de categorias especiais de dados pessoais

1. *É proibido o tratamento de dados pessoais que revelem a origem racial ou étnica, as opiniões políticas, as convicções religiosas ou filosóficas, ou a filiação sindical, bem como o tratamento de dados genéticos, dados biométricos para identificar uma pessoa de forma inequívoca, dados relativos à saúde ou dados relativos à vida sexual ou orientação sexual de uma pessoa.*

2. *O disposto no nº 1 não se aplica se se verificar um dos seguintes casos:*

a) *Se o titular dos dados tiver dado o seu consentimento explícito para o tratamento desses dados pessoais para uma ou mais finalidades específicas, exceto se o direito da União ou de um Estado-Membro previr que a proibição a que se refere o nº 1 não pode ser anulada pelo titular dos dados;*

b) *Se o tratamento for necessário para efeitos do cumprimento de obrigações e do exercício de direitos específicos do responsável pelo tratamento ou do titular dos dados em matéria de legislação laboral, de segurança social e de proteção social, na medida em que esse tratamento seja permitido pelo direito da União ou dos Estados-Membros ou ainda por uma convenção coletiva nos termos do direito dos Estados-Membros que preveja garantias adequadas dos direitos fundamentais e dos interesses do titular dos dados;*

(...)

h) *Se o tratamento for necessário para efeitos de medicina preventiva ou do trabalho, para a avaliação da capacidade de trabalho do empregado, o diagnóstico médico, a prestação de cuidados ou tratamentos de saúde ou de ação social ou a gestão de sistemas e serviços de saúde ou de ação social com base no direito da União ou dos Estados-Membros ou por força de um contrato com um profissional de saúde, sob reserva das condições e garantias previstas no nº 3;*

3. *Os dados pessoais referidos no n.º 1 podem ser tratados para os fins referidos no nº 2, alínea h), se os dados forem tratados por ou sob a responsabilidade de um profissional sujeito à obrigação de sigilo profissional, nos termos do direito da União ou dos Estados-Membros ou de regulamentação estabelecida pelas autoridades nacionais competentes, ou por outra pessoa igualmente sujeita a uma obrigação de confidencialidade ao abrigo do direito da União ou dos Estados-Membros ou de regulamentação estabelecida pelas autoridades nacionais competentes.*

(...)

Entende-se por “*dados pessoais*” qualquer informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável (“titular dos dados”), nomeadamente o nome, n.º de identificação, endereço de e-mail, endereço postal, título, data de nascimento, género ou profissão, ou outros elementos específicos de identidade física, fisiológica, genética, mental, económica cultural ou social dessa pessoa singular.

Apenas os colaboradores - corpo clínico/profissionais de saúde e pessoal administrativo - do Centro Pediátrico de São Miguel é que têm acesso aos dados pessoais cuja recolha efetuou.

O Centro Pediátrico de São Miguel exige que os seus prestadores de serviços cumpram a política de privacidade adotada, sendo responsabilizados pelas infrações à mesma. A utilização de dados pessoais para outros fins diferentes do âmbito do Centro Pediátrico está condicionada ao consentimento prévio dos titulares.

Todos os dados pessoais recolhidos pelo Centro Pediátrico de São Miguel são armazenados em bases de dados em que foram implementadas diversas medidas de segurança, só podendo ser acedidos pelos colaboradores especificamente autorizados para o efeito. Cada responsável pelo tratamento conserva um registo de todas as atividades de tratamento sob a sua responsabilidade.

4) PRAZO DE CONSERVAÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

O período de tempo durante o qual os dados pessoais são armazenados e conservados varia de acordo com a finalidade para a qual a informação é tratada. Os dados pessoais recolhidos serão armazenados durante os períodos necessários para cumprir as finalidades da sua recolha, sendo apagados logo que essa necessidade cesse ou que seja ultrapassado o prazo legal da sua conservação e tal seja solicitado pelo titular dos dados.

5) DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS

Aos titulares de dados pessoais é garantido o direito de acesso, retificação, atualização, limitação e apagamento dos seus dados pessoais (salvo quando os dados são indispensáveis à realização dos atos médicos), o direito de oposição e à retirada do consentimento, sem que tal comprometa a licitude do tratamento efetuado ao abrigo desse consentimento, bem como o direito à portabilidade dos dados.

Os titulares dos dados pessoais poderão contactar os responsáveis pelo tratamento dos seus dados para exercício dos seus direitos relativamente aos dados pessoais que forneçam, usando os contatos já anteriormente referidos no ponto 1).

6) SEGURANÇA DOS DADOS PESSOAIS

O Centro Pediátrico de São Miguel assegura a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento de dados, garantindo o acesso reservado aos sistemas de informação e plataformas nos quais são registados os dados de saúde dos utentes.

7) CÓDIGO DE CONDUTA

Os deveres advenientes da política de privacidade de dados pessoais passam a fazer parte integrante do código de conduta em vigor para funcionários.

Ponta Delgada, 25 de maio de 2018